

# OS SURUÍ/AIKEWARA E A GUERRILHA DO ARAGUAIA: MEMÓRIAS DE UMA HISTÓRIA EM MOVIMENTO

THE SURUÍ/AIKEWARA AND THE ARAGUAIA'S GUERRILLA:  
MEMORIES OF A HISTORY IN MOVEMENT

MARTIN, Andrey Minin\*

<https://orcid.org/0000-0001-5082-3599> 

MENDES, Iolanda de Araújo\*\*

<https://orcid.org/0000-0003-3447-4071> 

**RESUMO:** A Guerrilha do Araguaia (1972-1974) é considerada o maior conflito armado ocorrido durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Ocorrida no sudeste do Pará, na região denominada Bico do Papagaio, o tema ainda suscita debates acerca da pluralidade de sujeitos envolvidos no acontecimento. O presente trabalho tem como objetivo analisar a participação do grupo indígena Suruí/Aikewara neste conflito, buscando compreender como esta memória é atualmente construída pelo grupo e exerce força na busca de reparações que permeiam este acontecimento, como a demarcação territorial. Para tanto, utilizamos os relatórios produzidos pela Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011, e da Comissão da Verdade Suruí-Aikewara, realizada em Marabá, no ano de 2012, que contou com os depoimentos dos próprios sujeitos destes grupos, tendo como proposta analisar e reparar violações dos direitos humanos durante a ditadura militar. Por esta gama documental, em diálogos com a historiografia sobre o tema, propomos analisar um período e acontecimento que ainda suscitam importante debate sobre os Suruí/Aikewara e sua participação no conflito, bem como o protagonismo destes na tessitura de sua própria história.

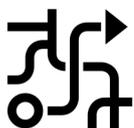
**Palavras-chave:** Guerrilha do Araguaia; Suruí/Aikewara; História e Memória.

**ABSTRACT:** The Guerrilla do Araguaia (1972-1974) is considered the greatest armed conflict that occurred during the military dictatorship (1964-1985). In the southeast of Pará, in the region called Bico do Papagaio, the theme still succinct debates about the plurality of subjects involved in the event. The present work aims to analyse the participation of the indigenous group Suruí/Aikewara in this conflict, trying to understand how this memory is currently built by the group and exerts force in the search for reparations that permeates this event, such as the territory demarcation. To this end, we used the indigenous reports granted by the National Truth Commission, created in 2011, and the by the Suruí-Aikewara Truth Commission, held in Marabá in 2012. The commission took statements from the individuals from these indigenous groups, and it had as its proposal to analyse and repair violations of human rights during the military dictatorship. By this documentary range, in dialogues with historiography on the theme, we propose to analyse a recent period and event that still raises an important debate about the Suruí/Aikewara and their participation in the conflict, as well as the protagonism of these in the tessitura of their own history.

**KeyWords:** Guerrilha do Araguaia; Suruí/Aikewara; History and Memory.

\* Andrey Minin Martin. Doutor em História-UNESP. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS. E-mail: [andrey.martin@ufms.br](mailto:andrey.martin@ufms.br).

\*\* Graduada em História pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA. E-mail: [iolandaamendes@gmail.com](mailto:iolandaamendes@gmail.com).



## O QUE SABEMOS SOBRE A GUERRILHA DO ARAGUAIA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

...quem vai escrever esta história, serão os *kamará* ou serão vocês?”... a gente meio que conseguiu na hora nessa discussão e eu acabei convencendo-os de criar uma comissão deles sem intervenção de outros *kamará*... e a partir desse momento eles tomaram a decisão de criar a própria CV... Como existe no país uma luta no sentido dessa verdade histórica, eu sou daqueles que acredito e incentivo a criação das comissões de verdade, acho que é uma forma interessante de trabalhar o período da ditadura militar... criar comissões de verdade é importante e ajuda muito nessa discussão democrática no Brasil...<sup>1</sup>

Ponderar a história do Brasil recente remonta uma tarefa em que sua miríade de fatos e acontecimentos ainda ecoa em discursos e narrativas de grupos e sujeitos que, para além de compreender o passado, buscam legitimar suas ações no tempo presente. E, neste aspecto, a ditadura militar<sup>2</sup> e ações como a Guerrilha do Araguaia compõem, como assevera Rodrigo Peixoto (2011), “uma questão aberta que mantém vivo o episódio”.

No contexto da ditadura militar no Brasil instaurou-se um regime político entre os anos de 1964 e 1985 que proporcionou distintos capítulos em uma trajetória de luta armada, censura e jogos políticos. Nesta vertente, de longe, a denominada Guerrilha do Araguaia, ocorrida na divisa dos estados do Pará, Maranhão e hoje de Tocantins, em uma região conhecida como Bico do Papagaio, representa o maior conflito armado deste período no país, centrado no desmonte da luta armada organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região. Seus acontecimentos estão permeados em diferentes fases, ocorridas entre 1972 e 1974, fatos marcados pela chegada das forças armadas na região até a morte da última guerrilheira. Em um cenário digno de verdadeira guerra campal, o evento contribuiu significativamente para agravar uma realidade de conflitos agrários que permeiam a região desde sua formação.

<sup>1</sup> Entrevista Paulo Fonteles Filho, 23 de maio 2014, Marabá. Apud GARCIA, 2014.

<sup>2</sup> Uma diversidade de terminologias tem sido apontada para designar este período, estimulando um interessante debate historiográfico. Neste trabalho adotaremos a expressão ditadura militar, mantendo um diálogo aberto com a pluralidade de autores que utilizam outras terminologias. Para saber mais ver: FICO, Carlos. Ditadura Militar Brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, vol. 9, n<sup>o</sup> 20, 2017.

Neste trabalho adotaremos a terminologia “ditadura militar” a partir das orientações tecidas por REIS, Daniel Arão. *Ditadura Militar, esquerda e sociedade*. 3 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.



Andrea Garcia (2015) corrobora em seus trabalhos para demonstrar como a guerrilha intensificou a problemática de conflitos existente na região, não tendo estes sujeitos, segundo autora, outra opção ao se verem diretamente envolvidos nos acontecimentos. Conflitos entre os fazendeiros, camponeses e indígenas deram margem à impunidade para os crimes cometidos, e sob à sombra do medo comunista da Guerrilha do Araguaia, as autoridades fechavam os olhos para os conflitos agrários na região no pós-guerrilha. Mas os povos indígenas nunca desistiram de seus direitos, rompendo o silêncio para tais impunidades e enunciando a continuidade das lutas no tempo presente.

Daniel Aarão Reis (2005) pondera que a luta armada esteve presente desde o início da ditadura militar, tendo significativa expansão a partir de 1966 com a presença de movimentos de guerrilhas armadas por todo o país, ultrapassando os espaços urbanos.<sup>3</sup> Este movimento compõe um espectro da polarização política gestada ao longo da década de 1960, que resultaram em vinte e um anos de regime autoritário<sup>4</sup> no Brasil.

Quando a Guerrilha do Araguaia começou o país encontrava-se sob a égide do governo de Emilio Garrastazu Médici, sendo este período considerado pela historiografia como o de maior cerceamento das liberdades e direitos sociais<sup>5</sup>. As ações praticadas pelo Estado, durante o governo de Médici, iam para além de qualquer preocupação com os direitos humanos, considerado pela historiografia o período mais sangrento da ditadura militar. Nesse período o estado possuía um gigantesco sistema de segurança e inteligência militar, nunca antes visto no país.

Ao longo do conflito, entre 1972 a 1974, foram realizadas três grandes campanhas de busca e abate aos comunistas e apoiadores pelos militares na região do Araguaia. A primeira, chamada de “Operação Papagaio”, ocorreu no início de 1972 com aproximadamente oitocentos militares envolvidos. Esta primeira operação foi considerada um fracasso, pois os guerrilheiros tiveram conhecimento da “passagem de agentes federais procurando

<sup>3</sup> No caso da região de estudo, qual seja o Bico do Papagaio, a chegada em 1966 de Osvaldo Orlando da Costa, conhecido como “Osvaldão” daria início a presença de integrantes do PC do B na região, posteriormente marcado pela presença de jovens estudantes que haviam participado de manifestações em grandes centros entre 1966 e 1972.

<sup>4</sup> No período de 1961 a 1964, o presidente João Belchior Marques Goulart, conhecido como “Jango” foi deposto do seu cargo com um golpe militar, em março de 1964, na medida em que seus atos eram tachados como subversivo comunista, pelos ideais de reforma agrária, dentre outros, como discorre Daniel Aarão Reis (2005). Estruturalmente, o Brasil enfrentava uma crise econômica proveniente de governos anteriores, mas que adentraram as pressões de grupos e sujeitos contrários aos caminhos traçados por este último presidente.

<sup>5</sup> Implementado pela Junta Militar em dezembro de 1968, o AI-5 ampliava os poderes diretos de execução presidencial sobre estados e municípios, retirando, dentre outras ações, as garantias constitucionais, como *habeas corpus* de qualquer sujeito acusado de crimes contra a segurança nacional, como seria o caso utilizado contra a guerrilha.



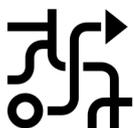
forasteiros [...] por uma dona de hotel em Xambioá” e mesmo achando que não tinham sido descobertos, conseguiram fugir a tempo e se esconderem em lugar seguro para não serem pegos pelos militares (GASPARI, 2002, p.422).

Devido à movimentação dos militares ter sido bem expressiva na região, em especial na cidade de Xambioá, onde foi montada uma base militar, os moradores ficaram assustados com a movimentação, desaprovando a operação e se omitindo a contribuir com informações que os levassem ao paradeiro dos guerrilheiros, como pontua Peixoto (2011). As estratégias usadas foram consideradas como um fracasso, na medida em que o objetivo geral da operação era fazer uma limpeza total dos guerrilheiros na região do Araguaia em um curto prazo, e não capturar somente cinco dos guerrilheiros como aconteceu.

A Operação Sucuri, a segunda realizada, foi totalmente sigilosa, na qual os militares se infiltram disfarçadamente no meio dos camponeses como compradores de arroz, comerciantes e como funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no intuito de colher o maior de número de informação possível que os levasse ao paradeiro dos guerrilheiros e de seus apoiadores na região. Esse contato amistoso entre o exército disfarçado e a população local foi bastante significativo para o sucesso desta operação e a seguinte, pois os mesmos criaram programas de criminalização em relação aos guerrilheiros, que dificultaram a aproximação e comunicação entre os guerrilheiros e a população local, dificultando, conseqüentemente, sua permanência na região (PEIXOTO, 2011).

A partir desta nova situação gestada pela operação Sucuri, iniciaram uma nova investida de infiltração, denominada de “Operação Marajoara”. Essa terceira operação teve início em outubro de 1973, sendo o estágio mais sangrento do embate entre os militantes do PC do B e o exército brasileiro. Logo nos primeiros dias 70% da rede de apoiadores foi neutralizada, os guerrilheiros foram surpreendidos, capturados e presos, sendo sua maioria executados na selva quando houve confronto direto (MORAIS e SILVA, 2005). Nesta operação, contando com aproximadamente trezentos militares, o apoio da população local foi decisivo e determinante para seu desfecho. Assim, em outubro de 1974 foi executada Walquíria, a última combatente guerrilheira, próximo a cidade de Xambioá. Mesmo após o término oficial das operações a presença do exército na região do Bico do Papagaio se manteve, sendo realizado pelos militares um sistema de monitoramento e controle por alguns anos, chamado por alguns autores de “a guerra que veio depois” (PEIXOTO, 2011)

Os números oficiais indicados pelo partido a época apontam que cerca de sessenta e nove pessoas formaram o grupo participante da guerrilha, variando para alguns autores



para uma média de setenta e três combatentes, sendo sua grande maioria homens (SOUZA, 2002; GASPARI, 2002; CORRÊA, 2013). E desse número total, quarenta e um guerrilheiros foram executados nas bases montadas pelo exército em diversas áreas da região e outros dezoito foram mortos nos enfrentamentos, geralmente nas matas. Durante as três operações, que ocorreram entre 1972 e 1974, o exército brasileiro envolveu cerca de três mil militares, incluindo as polícias federais, rodoviárias e Civis. Essa estimativa aproximada de mortos ao longo do evento é maior quando incluímos indígenas e camponeses. Esses números chegam a ser imprecisos, quando analisados os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV), devido às contradições na documentação organizada pela ditadura, quase nula em grande parte dos documentos.

A região do Araguaia foi palco para as mais diversas atrocidades, envolvendo para além das disputas entre guerrilheiros e militares. Muitos grupos e sujeitos acabaram se envolvendo nos conflitos, tais como camponeses, profissionais liberais e mesmo os indígenas Suruí/Aikewara da região do Bico do Papagaio, no Sudeste do Pará, onde ocorreu a referida Guerrilha. E esta diversidade de relações ainda ecoa em novas possibilidades de análise.

## OS SURUÍ/AIKEWARA E A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Segundo os estudos realizados pelo CIMI – Conselho Indigenista Missionário, a região da ocorrida guerrilha foi historicamente ocupada por diferentes etnias, como Karajá, Xambioá, Gorotire Kayapó, Xikrin, Suruí e Kuben-Kran-Kegn.<sup>6</sup> Ao longo do processo migratório e de ocupação das terras, centralmente no século XX, sua presença foi cada vez mais reduzida. Destes, os Suruí/Aikewara são os povos indígenas que ainda hoje habitam o sudeste do estado do Pará. Na região do Araguaia, onde aconteceu o maior conflito armado na ditadura militar, a aldeia Sororó dos Suruí/Aikewara está localizada entre os municípios de São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, aproximadamente 100 km de Marabá, maior cidade da região.

De acordo com Paula Miranda Monteiro (2018) os Suruí/Aikewara pertencem à língua Tupi Guarani, de tronco tupi. A maior parte da comunidade atual fala a língua portuguesa, e uma pequena parcela, os mais idosos, fala a língua materna. Contudo, segundo autora, “se deve ressaltar o grande processo de resistência e de revitalização da língua materna, pelos

<sup>6</sup> CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Índios no Brasil e presença missionária*. 1982. Mapa em 1 folha. 30cmx40cm.



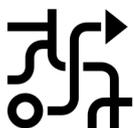
quais passam os Suruí em busca de fazer com que a língua Suruí volte a ser falada por todos da aldeia Sororó, e esse processo também tem a escola como forte aliada” (p. 02). No período dos primeiros contatos poucos indígenas falavam o português, o que, segundo Monteiro, tendo sua atual denominação, Suruí, realizada pelo Frei Gil Gomes Leitão, mas que até hoje não é totalmente aceita por alguns de seus membros, que se autodenominam Aikewara, de modo que optamos por chamá-los de Suruí/Aikewara. Suruí, pois é nome mais comum e frequente nos relatos produzidos pelos não indígenas e Aikewara por ser o nome que eles se auto denominam.

Emaranhada na década de 1970 em um cenário de violência e novas ocupações, centrado entre os jovens do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, e o exército, a presença deste grupo tem sido rememorada no tempo presente como os verdadeiros “cortadores de cabeça” desta guerrilha. Entre diferentes canais de comunicação, principalmente a imprensa, os Suruí/Aikewara foram transformados em mercenários, assassinos que, de acordo com as recomendações, iam executando as funções ora ditas pelos militares, ora se aproximando dos próprios guerrilheiros.

A aldeia indígena foi palco para uma das bases militares montadas na região durante terceira/ e última operação de aniquilamento aos guerrilheiros. No fim da operação Marajoara a aldeia ficou com aproximadamente 40 (quarenta) indígenas para uma população que era de 126 (cento e vinte seis) antes da chegada dos não indígenas. Hoje contam com mais de 300 (trezentas) pessoas, um aumento populacional considerável se comparado às péssimas condições as quais se encontrava a aldeia no pós-guerrilha. Possuindo uma área de 26.258 hectares, hoje demarcada <sup>7</sup>, a expansão do agronegócio em terras indígenas ainda é um problema, mesmo com as terras demarcadas legalmente. A presença de garimpeiros na região também é muito intensa, fazendo com que a resistência seja a língua materna nos últimos anos desses povos indígenas.

1. Contudo, os Suruí/Aikewara foram peças-chaves para o sucesso das campanhas de abatimento dos guerrilheiros, pois, em muitos momentos, foram postos como guias para os militares no adentrar da mata. Por isso mesmo, tais debates, que por muito tempo ficaram à margem da historiografia, se tornam hoje peças fundamentais para

<sup>7</sup> Por meio do Decreto Nº 88.648, em 30 de agosto de 1983, as terras dos indígenas Suruí/Aikewara foram demarcadas e homologada com uma área total de 26.258 hectares, distribuídos entre os municípios de São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá. Essas terras expõem as aldeias como uma ilha verde em meio a uma contínua área de pastagens, na medida em que a criação de gado na região -e um dos principais meio da economia regional.



o entendimento dos acontecimentos, ganhando novos capítulos a partir de movimentos como a própria Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011.

A temática sobre Guerrilha do Araguaia sofreu represálias ficando uma memória traumática em toda a região mesmo com o fim do conflito, não sendo trabalhadas diretamente tais temáticas nas escolas no ensino básico, em disciplinas obrigatórias, como Estudos Amazônicos. Trabalhar temas complexos como Guerrilha do Araguaia e sobre a participação dos indígenas Suruí/Aikewara é fundamental para a região, que passa por conflitos de terras desde sua formação aos dias atuais.

Essa censura sobre o assunto se deu na região pela presença das forças de segurança por vários anos após o conflito, sendo uma figura significativa para isso o major Curió, contando ainda com o intensivo aparato de censura, os generais colocaram o tema na lista de divulgação proibida, ocorrendo somente entre 1978 e 1979<sup>8</sup> a aparição de pequenos fragmentos sobre o ocorrido. Até meados dos anos 1990 o seguimento das publicações era semelhante, sendo perceptíveis os silenciamentos por parte de moradores da região, como pontua Peixoto (2011). As obras desse período abordam centralmente as relações entre militares e os jovens comunistas, destacando-se gradualmente os embates e conflitos agrários ou mesmo a questão da luta armada na região<sup>9</sup>.

E até os dias de hoje a produção de obras sobre a guerrilha compõe uma verdadeira “batalha de narrativas”, entre obras produzidas por jornalistas ainda em fins da década de 1970 e outras mais recentes lembradas por ex-militares e combatentes, marcadas por um certo “revisionismo e revanchismo” ante o que já foi produzido.<sup>10</sup> Porém, muitos outros sujeitos e grupos emaranhados nestes acontecimentos ainda não teriam visibilidade na produção historiográfica, como os próprios Suruís/Aikewara.

Seria por volta de fins dos anos 1990 e na primeira década do novo século que estes sujeitos ganhariam centralidade em novas narrativas sobre o evento, mesmo de forma

<sup>8</sup> As primeiras reportagens publicadas ocorreram em Porto Alegre, em 1978, pelo Coojornal, sendo publicadas no ano seguinte outras mais pelo jornal O Estado de São Paulo.

<sup>9</sup> Destacam-se obras como SOARES, Gláucio Ary Dillon; Maria Celina D’Araújo e Celso Castro 1995 A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume Dumará; CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. A esquerda em armas: a Guerrilha do Araguaia. Goiânia, Centro Editorial Universidade Federal de Goiás, 1997; ROCHA JUNIOR, Deusdedit A. A Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Dissertação. Brasília:Unb, 1995, 158 p.

<sup>10</sup> Ainda em fins da década de 1970 e 1980 encontramos algumas publicações realizadas, como “A Guerrilha do Araguaia: a história Imediata”, organizado por Palmério Dória e “Araguaia: o partido e a guerrilha”, de Wladimir Pomar. A partir das últimas décadas tem se intensificado a publicações de memórias e relatos de ex-militares sobre o conflito, como “Xambioá: guerrilha no Araguaia”, do capitão-aviador Pedro Corrêa Cabral, de 1993 e “A guerrilha do Araguaia-revanchismo: a grande verdade”, do coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza, de 2002, intensificando a guerra de narrativas sobre o conflito.



parcial. E tal destaque ocorreria justamente pela intensificação das lutas destes sujeitos por garantia de seus direitos políticos civis e sociais, que gradualmente dariam visibilidade dentro de novas produções e pesquisas. Neste aspecto, a memória tem sido observada como uma estratégia/mecanismo pela qual estes sujeitos têm alçado uma nova visibilidade. A criação de comissões de investigação de direitos humanos sobre a memória da ditadura militar, como a CNV, tem produzido novas possibilidades para o debate, que ficam evidentes nos novos trabalhos.

Assim, este debate caminha para superação de uma possível história fechada nas mesmas polaridades, que produziu importantes interpretações ligadas a uma tradição historiográfica marxista, mas que ainda necessita ser superada, com muitas lacunas a serem observadas. As novas abordagens e escritas sobre o tema estão mudando, percebendo que o protagonismo está também em pequenas ações. Ainda assim, são poucos os trabalhos que interpretam o crescimento demográfico dos indígenas como protagonismo e que as escolhas feitas pelos mesmos são sinais de ação que devem ser vista como significantes. O que não nos cabe dizer se foram boas ou ruins suas escolhas, mas como decisões tomadas com autonomia por um grupo ou sujeito que produz um protagonismo de acordo com suas possibilidades.

A partir destas lutas na busca de esclarecimento e reparação aos envolvidos, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 18 de Novembro de 2011, instituída pelo governo do Brasil na presidência de Dilma Rousseff, com intuito investigar violações de direitos humanos ocorridos entre 18 de Setembro de 1946 e 05 de Outubro de 1988 no Brasil. O pedido de esclarecimento ao Estado partiu principalmente da ação de familiares de mortos e desaparecidos políticos, contando com a participação de comissões estaduais, municipais, universidades e sociedade civil, bem como grupos de camponeses e indígenas da região onde aconteceu a Guerrilha do Araguaia, com participação contundente para o desenrolar dos fatos ocorridos na região do Araguaia. No final de 2014 a CNV findou seus trabalhos com a entrega de um relatório completo à presidente da República, como ficou determinado em lei.

Por isso mesmo, entender estas lutas e o acontecimento aqui pesquisado por meio do narrar dos próprios indígenas Suruí/Aikewara é sem dúvida justo e necessário. Em 2012, juntamente com a CNV, os indígenas tomaram a iniciativa de criar sua própria comissão, sendo a primeira comissão indígena do país, com pouca interferência dos não indígenas, ressaltando seu protagonismo.

A CNV contou com a parceria do Comitê Paraense de Memória e Verdade e Justiça e com a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia. Por meio dessas audiências foi



interessante observar como a população acompanhou diretamente todo processo, estando presente em todas as plenárias, como demonstrado na documentação produzida nesta comissão. As audiências propiciaram que as histórias de violação dos direitos humanos se tornassem visíveis em todo o país, pelos vários meios de comunicação em que eram divulgadas.

A criação desta comissão voltada diretamente pelo e para os Suruí/Aikewara demonstra como estas narrativas têm centralidade para compreensão dos acontecimentos ocorridos durante a guerrilha, bem como para ampliação da própria construção de suas trajetórias e memórias. Pelos documentos e depoimentos podemos entender o teor desta proximidade, como relata a jovem liderança Winorru Suruí à integrante da CNV, Maria Rita Kehl:

Durante três anos, de 1971 a 1973, os Aikewara viveram assustados quando ouviam qualquer barulho de carro ou avião, logo pensavam que iriam ser mortos. Muitos tinham insônia, não conseguiam dormir tranquilos, porque o tempo todo eram ameaçados por soldados do exército que lhes diziam para fazer as crianças calarem a boca, “senão todos vocês vão morrer”. [...] é triste saber e viver na democracia para a qual foi preciso lutar e perder muitas vidas; ter essa liberdade que hoje temos que custou vidas de verdadeiros heróis que não podem jamais ser esquecidos, e cuja luta foram interrompidas com violência e mortes.<sup>11</sup>

Garcia (2015) destaca três questões contundentes para entendermos a participação e luta dos Suruí/Aikewara pela reparação e esclarecimento dos excessos cometidos por parte do exército na Ditadura Militar no evento da Guerrilha do Araguaia. Em primeiro, a luta pela reparação econômica, por terem perdido plantações, chegando a passar fome, somado a morte de animais e o cerceamento da livre atividade em seu território com a presença dos militares. A segunda, e a que mais tem evidências nas produções acerca do acontecimento, remete a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos envolvidos na Guerrilha do Araguaia, em que há possíveis ossadas em terras indígenas. A terceira, e não menos importante, é sobre a própria narrativa histórica a partir destes sujeitos, na medida da superação do silenciamento, devido ao medo e traumas do que viveram, dando margem à construção de sua participação no evento por meio de problemáticas do passado e do presente.

<sup>11</sup> Leitura da carta dos Suruí/Aikewara pelo responsável Winorru à Comissão Nacional da Verdade em audiência em 13 de Maio de 2014. Carta disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/carta\\_aikewara.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/carta_aikewara.pdf), acessada em 23/04/2020.



Logo, a memória é um mecanismo fundamental nesse processo, pois é importante lembrar que é uma história que não está completamente esclarecida, as implicações do presente condicionam diretamente a narrativa do passado, o que contribui para a mudança em alguns relatos. Jacques Le Goff (1992) discute essa relação documento, monumento e a importância do passado para a construção da memória em seu coletivo. A história, filha da memória, visa a reconstrução do passado para atender, por exemplo, tanto as necessidades do presente, como realizar uma nova representação de seu passado, seletiva, parcial e ligada a novos interesses e necessidades. Logo, os relatos destes sujeitos acabam sendo determinantes, dentre outras questões, para própria luta pela permanência em suas terras no tempo presente.

As terras dos Suruí/Aikewara não tinham sido demarcadas antes da Guerrilha do Araguaia. Uma das “justificativas” dos militares por estarem à procura dos guerrilheiros e de terem o apoio dos indígenas, era de que tais grupos de comunistas queriam tomar as terras da união, por isso a permanência do exército na região. Em 1977 a demarcação das terras foi feita com uma área bem menor do que a área ocupada.<sup>12</sup> Posteriormente, organizações não governamentais passaram a apoiar minorias com questões agrárias, e a luta dos Suruí/Aikewara começou a ter um apoio externo de fato, não só dos agentes da FUNAI, para a revisão da demarcação de suas terras, ainda no final da década de 70. Os indígenas, juntamente com essas organizações, foram montando estratégias para o uso das terras, forçando a sua revisão e impedindo que as grandes empresas cada vez mais avançassem em suas terras.

Táticas para a expansão do plantio de alimentos demonstram às autoridades competentes que a população indígena cresceu consideravelmente, não sendo suficientes suas terras, além de demonstrar através da memória dos mais velhos e até mesmo dos militares que adentraram a região, que a demarcação está equivocada, sendo necessário rever seus limites, pois rios que apareciam nos relatos anteriores como parte das terras, agora estão de fora e são elementos essenciais para a preservação da cultura e da sobrevivência dessa etnia na região.

A partir de 1971, segundo decreto expedido pelo governo militar <sup>13</sup> toda área na região do Araguaia e Marabá foi posta como “área de segurança nacional”. Sendo os Suruí/Aikewara o único grupo indígena a ter participação na Guerrilha do Araguaia e

<sup>12</sup> Hoje a terra Indígena Sororó, tem 26.258 hectares, homologados por meio do Decreto 88.648 (publicado no DOU em 31.08.1983).

<sup>13</sup> Entrevista realizada em outubro de 2014, para Garcia (2014).



estando seu território diretamente conectado aos espaços ocupados pela guerrilha, os militares se aproximaram desde o início das operações na busca de montar bases em suas terras, adentrá-las na busca dos guerrilheiros, bem como se aproximar dos indígenas para colaboração para entradas nas matas. Segundo os relatos, mantendo permanência 24 horas em suas terras, esta aproximação contou com a promessa de uma série de benefícios, como armas, munição e proteção contra os guerrilheiros. Segundo o depoimento de Tawé os militares chegaram a sua aldeia causando muito medo:

[...] Aí chegaram lá a tropa, vinha... por terra, aí vieram... o comandante vinha no avião. Aí avião chegou primeiro. Aí nessa época, naquela época, quer dizer (hoje as mulheres são mãe, não é?), era tudo criancinha, eles ficaram com medo daquele barulho do avião, helicóptero, né? Ele desceu bem no meio da aldeia que... arrancou tudo... a “capote” [cobertura] da casa, da aldeia... Aí as crianças (que é hoje a mãe) correram para dentro da mata que... primeira vez... não sabiam o que era aquilo, né? Elas correram! Até a mãe, correu pra dentro da mata, outro entrou dentro da casa, pra ficar lá, pra ninguém ver!! Aí desceu um dos militares que são “coronel”, essas pessoas né? Grande! Aí pediu para..., quem estava nessa época era o... Warini mais o irmão dele, Sawara’á, que ele era cacique, né? Na época (Sawara’á, que hoje está aí). Aí ele [militar] pediu [perguntou] pra ele [cacique] se ele não viu pessoa que vinha por terra, fardado assim tudo, né? E nós não sabia o que que era isso, não! Nós não conhecia direito também quem era o militar, né? Nós não... a gente via só nome, mas a gente não sabia o que eles andavam fazendo. Aí... Chegaram lá, invadindo, assim, né? Botaram arma nas mulheres, os homens que estavam, aí eles ficaram com medo... Por que era... por que que eles estavam fazendo aquilo com eles? Ficaram com medo... As crianças tudo chorando... Aí falou assim: “Num tem alguém por aqui por perto?” Se correrem, que podia... atirar atrás, né? Aí o... o cacique na época era... o Sawara’á, né? Aí falou na linguagem pra ele: “Não, não tem ninguém não, mas já pedi para eles não correr” (ele entendia pouco... bem pouquinho mesmo... a palavra do... português, né?). [...] Aí daqui a pouco chegaram mais outras tropas atrás. Aí fizeram do mesmo jeito de novo: cercaram lá, aí começaram falar que ninguém era para sair... todo mundo dentro da casa lá. Aí então fizemos do jeito que eles falaram. Que nós não queria que acontecesse alguma coisa... podia atirar na gente... matar, né? <sup>14</sup>

Para facilitar o acesso, estradas foram abertas dentro do território indígena, como a OP-2, atualmente Br-153, o que aumentou a presença e contato com os militares. Segundo o relatório, tais iniciativas influíram diretamente no ir e vir dentro do território, visto que atividades do cotidiano, como a caça, plantio, e celebrações foram cerceadas por indicação dos militares, para não correrem o risco de serem confundidos com os guerrilheiros. E apesar dos mais novos dizerem que não conheciam os guerrilheiros, os mais velhos, em seus relatos, dizem ao contrário. Os guerrilheiros eram bem-vistos tanto pelos camponeses como pelos indígenas Suruí/Aikewara, devido as suas ações de assistência à comunidade. Serviços

<sup>14</sup> Entrevista concedida a Iara Ferraz e Orlando Calheiros em agosto de 2013. Arquivo CNV, 00092.002730/2014-77, p. 09.



como de enfermagem, consulta médica, troca de mercadorias e alfabetização, tanto de adulto quanto de crianças, eram correntes entre estes grupos. Waiwera relata que conheceu uma das guerrilheiras, a Dinalva Oliveira Teixeira, conhecida como Dina. “Tem uma que não... num tou me lembrando mais não... Ah! Dina! Chegou aqui, Dina, *kamará kuxó* [mulher não indígena] que era brancão, ela chegou aqui pra nós, avisando pra nós: “Ah, tem muito! polícia aí na estrada – que ela falou pra nós”.

Como estratégia, os militares passaram a explicar, a seu modo, o motivo da missão na aldeia e quem eram tais terroristas que procuravam, como evidencia o depoimento de Tawé:

Eles [militares] falaram que foi assim: esse povo chamado por nome “terrorista” fugiram de num sei aonde, do Rio de Janeiro... de Brasília pra cá, né? diz que... eu acho que por causa de negócio de política né? eu entendia uma coisa pouca na época, eles falaram, contaram:

- Não, porque aconteceu assim: política! Porque perderam (eu num sei quem foi que perdeu, um de política, né?) aí começaram a briga, brigaram contra militar, essas coisa tudo, acho que... pegaram a arma de militar, falando, botando desculpa, sei lá, num sei como foi que aconteceu mesmo!

Um deles falaram que... assaltaram banco... sequestraram policial de lá também, num sei aonde, acho que foi em Belém, num sei - eles contando pra nós.

- E nós tamo à procura deles! a turma dele ta aqui! ele tem que contar pra nós aonde que eles deixaram o resto, da turma!

Ele [Josias] contou pra ele [militar]:

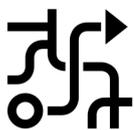
- Ta nesse local, pra cá assim, tal lugar, tal tal ... Assim nós fomos com ele, assim mesmo, com medo! A gente num podia dizer nada... faz de conta que a gente era mudo, né! num podia falar”.<sup>15</sup>

Para além de um desfecho, os trabalhos já realizados, bem como a documentação produzida em espaços como a Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Suruí/Aikewara, demonstram como nossa história recente, especificamente da ditadura militar, ainda possui muitas páginas a serem desveladas. Os arquivos estão sendo abertos, as análises e debates estão à prova, e os grupos indígenas, tais como os Suruí/Aikewara, ainda permanecem como sujeitos de uma história em construção. Muitos outros capítulos ainda serão tecidos pelos rastros da memória indígena...

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerrilha do Araguaia contribuiu diretamente para uma mudança de hábitos na aldeia dos Suruí/Aikewara. Tanto pela presença dos paulistas, que mantinham uma boa

<sup>15</sup> Arquivo CNV, 00092.002730/2014-77. 2013, p. 21 e 22.



relação com indígenas, com dicas de cultivo da terra e troca de mercadorias, como pela presença do exército, com uma base militar dentro da aldeia interferindo completamente na rotina dos Suruí/Aikewara.<sup>16</sup> Ainda assim, desde a época um certo “silêncio” demarcou estes acontecimentos, que, nas palavras de Paulo Fonteles Filho, “muito já se disse sobre os grupos que lutaram contra o regime... todos já foram citados, menos os índios”.<sup>17</sup> Algumas publicações e reportagens ao longo dos anos esporadicamente mencionavam os Suruí/Aikewara.

Mesmo após o conflito, o que a historiografia denomina como “guerra que veio depois”, a presença militar não cessou, centrada principalmente na busca dos corpos enterrados, principalmente nas terras indígenas. Este desdobramento adentraria diretamente a leitura externalizada da participação Suruí/Aikewara no conflito, o que contribuiria para a construção da narrativa de apoiadores da ditadura. Para as gerações contemporâneas dentro da aldeia, a luta pela construção de uma nova memória transformase então em uma forma de reparar seu povo, mas também como uma estratégia de busca de ampliação de seu território, sensivelmente diminuído ao logo da década de 1970.

Esses sujeitos têm interesses e vantagens significantes ao participar de tal acontecimento, como tem na contemporaneidade como qualquer outro sujeito, pois são capazes de perceber o que lhes envolve, agindo conforme seus interesses. A ampliação e a gradual abertura dos arquivos nas últimas décadas, conjuntamente à realização destes depoimentos, tem demonstrado como realmente as terras nesta região sofreram significativas transformações, em que espaços de rios e castanhais ficaram fora dos limites desta demarcação ocorrida em 1977, sendo engendradas assim, nestas novas comissões, estratégias e buscas de/para reparação.

Desta forma, uma das preocupações ao longo deste trabalho foi a de tentar compreender a participação do grupo indígena Suruí/Aikewara na Guerrilha do Araguaia, buscando apontar como a historiografia brasileira foi construída acerca dessa temática. Contando com uma rica documentação produzida centralmente pela Comissão Nacional da Verdade, buscamos elucidar, a partir das próprias narrativas indígenas, um novo olhar para a história deste grupo e, diretamente, deste acontecimento. Logo, elucidar como os

<sup>16</sup> GARCIA; Andrea Ponce. *Comissão da Verdade Suruí-Aikewára: uma etnografia da memória e do esquecimento*. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

<sup>17</sup> Paulo Fonteles Filho foi coordenador da Comissão da Verdade do Estado do Pará. Filho do advogado da CPT, Paulo Fonteles que foi assassinado em 1986, sendo um dos primeiros a pesquisar sobre a Guerrilha do Araguaia.



Suruí/aikewara reagiram ou se posicionaram e como a historiografia tem construído essa participação remontam a proposta deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ruteia Lima. *Geografia regional contemporânea do bico do papagaio: a região e a regionalização*. XI Encontro ANPEGE. São Paulo, Unesp, 2015.

ARENZ, Karl Heinz. *Lacaios ou líderes: os principais indígenas nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (século XVII)*. in: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Novos olhares sobre a Amazônia colonial*. Paka-tatu, 2016.

BAUER, Caroline S; GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; Luca, Tania Regima de (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

BELTRÃO, J. et al. *De vítimas a indiciados: um processo de ponta-cabeça*. Surui Aiekewara verus Divino Eterno. Laudo antropológico. Espaço Ameríndio. Porto Alegre. V2, n2, jun/dez 2008.

BRAGA, Magno M. Marçal. *Rota Transamazônica: Nordestinos e o Plano de Integração Nacional*. 1. ed. Curitiba: Pismas, 2015. v. 1.

CABRAL, Pedro Correa. *Xambioá: guerrilha do Araguaia*. Rio de Janeiro: Edit. Record, 1993

CALHEIROS, Orlando. *Aikewara: Esboços de uma sociocosmologia tupi-guarani*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional/ UFRJ, 2014.

CAMPOS F.o, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2007.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

DÓRIA, Palmério et al., *A Guerrilha do Araguaia*. História imediata. Nº 1, São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

FARIA, Mateus Henrique de. “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História* Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

FERRAZ, Iara; CALHEIROS, Orlando: “O tempo da guerra” – os *Aikewara* e a guerrilha do Araguaia. Relatório Comissão Nacional da Verdade, Maio 2014.

FIGUEIREDO, LUCAS. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação de documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das letras, 2015



FONTELES, Paulo. *Araguaianas*. As histórias que não podem ser esquecidas. Fundação Maurício Grabois, Anita Garibaldi. São Paulo, 2013.

GARCIA, Andrea Ponce. *Comissão da Verdade Suruí-Aikewara*: uma etnografia da memória e do esquecimento. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN;

\_\_\_\_\_. “Trajetória da(s) memória(s) Aikewara: do evento da Guerrilha do Araguaia até a Comissão de Anistia no atual contexto de revisão da ditadura brasileira”. Dissertação, Unicamp, 2015.

GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Memória individual e coletiva. 2ª ad. São Paulo, Vértice, 1990.

KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª. Ed, 1982

LAIARA, Roque de Barros; MATTA, Roberto da. *Índios e castanheiros: a empresa extrativista e os índios no médio Tocantins*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 35).

LE GOFF, Jacques. Documento, monumento. In: “História e Memória”. Campinas: EdUnicamp, 1992.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *A Guerrilha do Araguaia: Paulistas e Militares Na Amazônia*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos., Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém, 2000

NEVES, Ivânia dos Santos; CORRÊA, Maurício Neves. *O povo indígena Aikewára e a Guerrilha do Araguaia: mediação, apropriação e resistência nas fronteiras de identidades*. “Amazônia e o direito de comunicar” - Belém/PA, 2011.

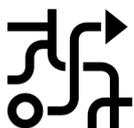
NEVES, Ozias Paese; LIEBEL, Vinícios. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, ISSN 1679-1061, Nº. 18, p. 56-86, jan./jul. 2015. <http://revista.anphlac.org.br/>.

NOSSA, Leonêncio. *Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

MARTIN, Andrey Minin. *Produzir energia, (pro)mover o progresso: o Complexo Hidrelétrico Urubupungá e os caminhos do setor energético*. Tese. Doutorado em História. UNESP, 2016. 351 f.

MECHI, Patricia Sposito. 2012. “*Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*” Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MONTEIRO, John Manuel. Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais. In: FAUSTO, Carlos; MONTEIRO, John Manuel. (Org.). *Tempos Índios: História e Narrativas do Novo Mundo*. Pag. Antologia Índios, 2007.



- MONTEIRO, Paula Miranda. *Os suruí/aikewara nos tempos da guerrilha do araguaia: história, memória e educação*. XIV Encontro Nacional de História Oral. Unicamp, 2018.
- MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. 2005. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Edit. Anita Garibaldi, 4ª. ed.
- MOURÃO, Monica. 2005. *Memórias clandestinas. A imprensa e os cearenses desaparecidos na Guerrilha do Araguaia*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora
- MOURA, Clóvis (Apresentação). 1979. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Ed. Alfa Omega. Série História Imediata.
- PEIXOTO, Rodrigo, C.D. 2011. “Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, /v.6, n.3, p. 479-499, set-dez
- PEREIRA, Airton dos Reis. “Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará”. - Recife: Editora UFPE, 2015.
- PEREIRA, Mateus Henrique de faria. “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História Belo Horizonte*, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 12.
- POMAR, Wladimir. 1980. *O Partido e a guerrilha*. São Paulo: Editora Brasil Debates.
- PORTELA, Fernando. 1986. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 7ª. ed.
- RODRIGUES, Antonio. 2008. *Araguaia – entre soldados e guerrilheiros*. Curitiba: Prottexto.
- ROCHA JUNIOR, Deusdedith A. *A Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. Dissertação. Brasília:Unb, 1995.
- SÁ, Glênio. *Araguaia – relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990.
- SALLES, Jean Rodrigues. “O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política”. *Cadernos AEL. Tempo de Ditadura*. Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth/FHC/ UNICAMP, 2001.
- SANTOS, Rafael R. N. dos. “DIS O ÍNDIO...”: outra dimensão da lei: políticas indigenistas no âmbito do Diretório dos índios (1777-1798). Dissertação, UFPA, 2014.



SANTOS, Rafael R. N. dos; SANTOS, Pyterson Romano dos. “Protagonismo indígena por meio do Aconteceu Boletim (1980-1987): lutas, tensões e perspectivas no processo de redemocratização”. In: COELHO, Anna C. Abreu; MACHADO, Eliane M. *Do Ensino de História em novas fronteiras: ou de como se faz pesquisa e extensão no Sul e Sudeste do Pará*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

SILVA, Idelma Santiago. *Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010.

SOUZA, Aluísio Madruga de Moura. 2002. *Movimento comunista brasileiro. Guerrilha do Araguaia, revanchismo, a grande verdade*. Brasília: edição do autor. 51

SOUSA, Deusa Maria de. 2011. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. Tese de Doutorado em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

STUART, Hugo. 2006. *A lei da selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial.

TELES, Janaína de Almeida. “Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974)” *História Unisinos* 18(3):464-480, Setembro/Dezembro 2014.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

## FONTES

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Índios no Brasil e presença missionária*. 1982. Mapa em 1 folha.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Vol. 01. Brasília, 2014.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Índios no Brasil e presença missionária*. 1982. Mapa em 1 folha. 30cmx40cm.

FIGUEIREDO, Lucas. “O segredo dos índios Aikewara”. *Revista GQ*, n.1, abril 2011, pp. 156-163.

ROSA, João Guimarães. Com o vaqueiro Mariano. Rio de Janeiro: Edições Hipocampo, 1952.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Oban/Doi-Codi. Brasília, Editerra Editorial, 1987.

Recebido em: 26/10/2020

Aprovado em: 05/12/2020